

Edição Especial



EXPEDIENTE

Coordenação
Bruno F. Leite
Flora Sineiro

Divulgação e diagramação
Alessandra Perez
Flora Sineiro

Revisão
Profa. Rosale de M. Souza

Entrevistas
Edgar de C. Santana
Fernanda Blanco
Gabrielle do Rosário W. Correia

Chargista

João Andreson

EDITORIAL

Caro leitor, esta que está em suas mãos já é a 4ª edição do nosso jornal *Inspiração Miscelânea*. Mas como! Já publicaram uma 4ª edição!? Sim, e com muita satisfação vamos explicar o porquê.

Iniciamos a 3ª edição com poucos textos confirmados para publicação. Parecia que nossa equipe passaria pelo seu momento mais difícil até então: não tínhamos material necessário para publicar a edição no dia combinado – sempre no dia 15 de cada mês. Pensamos até que precisaríamos adiar essa edição. Porém, cerca de dez dias antes da data prevista para publicação, conseguimos elaborar textos, e mais, receber textos de ampla pertinência e importância – inclusive, conseguimos realizar a já divulgada entrevista com o prof. José Maria Jardim, acerca do Mestrado em Arquivologia que está em debate para ser criado na nossa universidade.

Por termos recebido tantos textos de pertinência e importância para o jornal, decidimos publicá-los nesta 4ª edição especial, pois não conseguiríamos deixá-los aguardando até 2011.

Em vista de darmos tal destaque a esta edição, que repousa em suas mãos, citamos a totalidade dos textos que a compõe: uma entrevista com o prof. José Maria Jardim (DEPA/UNIRIO), realizada pelos colegas Edgar de C. Santana, Fernanda Blanco e

Gabrielle do Rosário W. Correia, na qual o professor responde perguntas acerca da elaboração do Mestrado em Arquivologia na UNIRIO; um texto intitulado *Pra não dizer que não falei dos documentos*, de Chica Blanco, onde nossa colega traz um olhar bastante detalhista sobre questões que cortam transversalmente e existencialmente algumas das várias questões que vivenciamos como estudantes de Arquivologia; uma poesia nomeada *Zé pedrero*, de Edgar de C. Santana, nos trazendo uma boa reflexão sobre a visibilidade dos “Arquiveiros”, além de um texto sobre o debate ocorrido no dia 16/11/2010, entre as duas chapas que concorreram à gestão 2010-2011 do DACAR/UNIRIO, elaborado por Daniel Klimroth Soares.

Por fim, desejamos a todos que tenham boas festas e que estejam certos de que estamos construindo este projeto como forma de manter um meio de informação no qual possamos nos expressar. Almejamos que este jornal seja um periódico realmente colaborativo, que privilegie expressar os anseios do corpo discente do nosso curso; mas que não se esqueça de nossa necessária relação com os docentes e demais servidores/funcionários da UNIRIO, para construirmos um lugar melhor para nós mesmos e para todos.

Em outras palavras: Boas Festas de Fim de Ano! E vamos parar de reclamar sozinhos para agirmos juntos! Este jornal pode ser um início!

...

1) Nosso jornal é um espaço que não tem vinculação com política partidária, de livre circulação de idéias e opiniões, porém estas deverão, no mínimo, tangenciar a Arquivologia e/ou suas questões;

2) Toda e qualquer opinião será respeitada e devidamente publicada. Ressalvamos, contudo, que acusações ou críticas diretas devem ser fundamentadas com fatos, dados ou opiniões de outros autores. Por exemplo, textos, notícias de jornais e/ou demais registros. Não objetivamos com isso realizar censura a

determinados textos/autores, buscamos apenas dar um norte aos textos e que os mesmos tenham fundamentos claros;

3) Nosso público-alvo – assim como nossos colaboradores –, serão os discentes, docentes e os formados do nosso curso;

4) Temos como objetivo manter uma linguagem leve, informativa, reflexiva, crítica.

ERRATAS DA 3ª EDIÇÃO

1. Alguns exemplares saíram com a referência apresentando que seria a 2ª edição, porém foi erro nosso. A edição passada, que conta com o primeiro texto sendo do prof. Flávio Leal, é a 3ª edição.

2. Na edição passada, a de nº3, foi publicado um texto de Marcelo Kosawa de Siqueira, discente do 3º período, no qual o autor descreveu em linhas gerais como foi o IV CNA, em Vitória – SC.

3. O seguinte trecho saiu no Editorial do jornal nº. 3, porém deveria sair nesta edição nº4: “Contamos também, nesta edição, com um texto elaborado por Chica Blanco (Fernanda), também discente do curso, no qual nossa colega traz um olhar bastante detalhista sobre questões que cortam transversalmente e existencialmente algumas das varias questões que vivenciamos como estudantes de Arquivologia. O estudante Edgar de C. Santana também contribui com esta edição, nos trazendo um poema de sua autoria onde reflete sobre a visibilidade dos “Arquiveiros”.

ENTREVISTA COM O PROFESSOR JOSÉ MARIA JARDIM (DEPA/CCH/UNIRIO) REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2010.

**Entrevistadores: Edgar de C. Santana
Fernanda Blanco
Gabriele do Rosário**

No dia 11 de Novembro, quinta-feira, na UNIRIO, o Inspiração Miscelânea realizou uma entrevista com o Professor José Maria Jardim, que dentre outros assuntos nos falou sobre o Mestrado, momentaneamente intitulado de Gestão de Documentos e Arquivos. Também falou sobre a Arquivologia e os seus graduandos na UNIRIO, e algumas dificuldades diante da CAPES para uma a realização do Mestrado. O professor José Maria Jardim é autor dos seguintes livros: Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos e Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: Usos e Desusos da Informação Governamental.

GR: Você poderia resumir sua trajetória de vida profissional?

JM: Fiz a graduação em História na UFF, entre 1975 e 1978. Já nesse momento, no curso de História, comecei a fazer estágios na área de documentação, no Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense e também no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, fui bolsista de alguns professores que desenvolviam projetos de pesquisa. Lembro-me que fui ao Arquivo Nacional, pela primeira vez, como auxiliar de pesquisa do professor José Honório Rodrigues, um grande historiador que foi Diretor do Arquivo Nacional. O professor José Honório apresentou-me as primeiras coordenadas sobre o que era o Arquivo Nacional quando fui realizar levantamento de

dados para a pesquisa dele. Foi uma sorte que eu tive, muito jovem e ainda estudante, ter trabalhado não só com ele, mas com vários profissionais e em instituições que favoreceram muito o meu trajeto posteriormente. Em função disso, logo depois eu fiz um curso de especialização em Documentação Científica no IBICT. Nesse momento, comecei a trabalhar muito com acervos arquivísticos. Em 1981, fui convidado a trabalhar como assistente na coordenação do projeto de modernização que então se iniciava no Arquivo Nacional. Esse projeto foi extremamente inovador naquele momento de reconceituação do Arquivo Nacional, e teve um impacto enorme não apenas no Arquivo Nacional, mas também fora da instituição. Há uma geração de pessoas que viveu aquela oportunidade. Foi uma grande escola - não no sentido de substituir uma formação acadêmica - mas foi uma experiência extremamente rica. Há vários colegas que vivenciaram essa experiência e tornaram-se grandes profissionais. Depois de dez anos no Arquivo Nacional, achei que era o momento de procurar outros caminhos, ainda que essa experiência tivesse sido muito rica. Em 1992 fiz concurso para professor da Universidade Federal Fluminense e lá fiquei dezoito anos. Eu não estava mais à frente de um trabalho de gestão na administração pública e pude me dedicar ao mestrado e ao doutorado. No início, em 1992, eu ainda acumulei minha atividade docente com a de Diretor do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, outra rica experiência que tive. Lembro-me que quando fui para a Universidade as pessoas diziam: “agora você estará entre os comuns mortais, sem o poder da administração pública”. Associa-se muito poder a exercício de cargo administrativo. Claro que é, dependendo de como se exerce esse poder. Hoje eu tenho tão claro, na Universidade, o poder que você pode ter como docente, poder no melhor sentido do termo, ou seja, poder pesquisar, poder influenciar, poder aprender, poder ensinar. Na verdade, esse poder é um dever do professor. Certamente, se eu não tivesse vindo para Universidade eu não teria feito um trajeto pelo qual eu tenho tanto apreço. Pude participar, na formação de vários profissionais de graduação, na Especialização, no Mestrado e no Doutorado. Provavelmente, fora da Universidade, não teria feito as pesquisas que fiz e não teria publicado o tanto que pude publicar. Eu relaciono esse período posterior na Universidade, como algo muito vinculado àqueles dez anos que vivenciei no Arquivo Nacional. No Arquivo Nacional, atuei em duas frentes que foram muito ricas e muito emergentes naquele momento. Desenvolvi um trabalho com arquivos estaduais e municipais que abrangia o país inteiro. Trabalhando com projetos nos arquivos estaduais e municipais, tive a oportunidade de entrar em contato com uma realidade arquivística muito instigante. A outra frente de trabalho foi a gestão de documentos, algo muito emergente também naquela altura. Então, esses dez anos de Arquivo Nacional tiveram uma influencia muito grande, posteriormente, na minha vida na universidade. Essa experiência fascinante foi muito ampliada depois, na Universidade, mas foi fundamental. Basicamente, minha trajetória é essa.

ES: Qual a sua perspectiva dos estudantes no curso de graduação da UNIRIO?

JM: Olha, eu acredito que exista um capital simbólico no curso da UNIRIO pelo fato dele herdar todo um histórico de formação profissional. Acho que isso se reflete no conjunto dos atores que formam o universo da Arquivologia na UNIRIO, incluindo evidentemente os alunos, os professores, ex-alunos, etc. Vejo isso como algo muito cultivado na UNIRIO, até porque é a única Escola de Arquivologia do Brasil. Os outros cursos de Arquivologia não funcionam dentro dessa configuração institucional. Eles estão vinculados a Departamentos de Ciência da Informação, o que não os desmerece em nada, claro. Enfim, a única escola de Arquivologia em Universidades brasileiras é esta. Isso constitui uma referência interessante. Isso creio, se reflete nas perspectivas arquivísticas que a UNIRIO oferece.

Parece haver, por exemplo, uma regularidade de atuação do Diretório Acadêmico. Creio que isso é reflexo de um histórico, de um projeto que foi cultivado aqui na UNIRIO.

ES: Muito se comenta nos corredores da UNIRIO sobre qual seria a proposta do mestrado de Arquivologia, ou seja, seria para mestrado profissional ou se seria algo mais acadêmico?

JM: Dentro da comissão que existe, instituída desde o ano passado, está em pleno processo de discussão uma série de questões sobre o Mestrado. O que nós temos discutido - e que ainda não foi oficializado junto aos órgãos superiores dentro da própria Universidade – é a proposta a ser submetida à CAPES, o órgão do MEC responsável pelo ensino de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. A idéia, neste momento, é que seja um mestrado profissional. O que se entende como mestrado profissional? Não é o contrário do acadêmico, até porque ele também é acadêmico, no sentido de que é concebido e executado dentro dos padrões acadêmicos, é realizado dentro da academia e está referido a padrões da metodologia científica. O mestrado acadêmico é mais direcionado à formação do pesquisador. O mestrado profissional - não em detrimento da importância da pesquisa – tem foco maior na formação de quadros superiores para o mercado de trabalho. Isso é algo buscado desde a graduação, mas o mestrado profissional tem esse vínculo muito próximo com as demandas do mercado de trabalho. Ainda que o foco seja esse, claro que é importante também um compromisso com mais pesquisas para a produção de conhecimento em Arquivologia. Existe uma política de indução do próprio MEC para mestrados profissionais. Portanto, é possível visualizar uma “janela de oportunidade” para a nossa proposta. Por enquanto, nós estamos intitulando essa proposta como “Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos”. Essas duas informações – o formato de mestrado e o título - ainda serão objeto de reunião formal e pode ser que haja alguma alteração, mas no momento a perspectiva é essa. Já definimos as linhas de pesquisa, a área de concentração e estamos discutindo a estrutura disciplinar. É provável que, a curto prazo, a CAPES inicie o processo de avaliação de cursos para 2011. A nossa idéia é que esse projeto esteja em condições de ser apresentado até abril, supondo que seja essa a data limite definida pela CAPES. Se for apresentada até abril, a proposta será avaliada pela CAPES. Se aprovada, saberemos o resultado provavelmente no segundo semestre de 2011. A proposta pode sofrer recomendações da CAPES e ser apresentada novamente em 2012. Estamos buscando, ao máximo, contemplar os pontos específicos que a CAPES exige. A CAPES é muito rigorosa. Há uma série de requisitos que vão desde a produtividade dos professores (que devem ser doutores) até a infraestrutura (laboratórios, biblioteca, etc). Tudo isso torna algo bastante complexo a proposta de um mestrado, ainda mais se considerarmos que não temos antecedentes no Brasil para nossa área, mas, enfim, estamos nessa busca.

ES: Quais seriam esses pontos específicos da CAPES?

JM: Olha, alguns desses pontos discutiremos um pouco mais. No momento, a nossa preocupação é maior com a vocação desse mestrado (que antevemos já como um mestrado profissional) e o universo de questões nele serão contempladas. Estamos também mirando outras questões como toda a estrutura que o mestrado necessita: biblioteca, laboratório, etc. Existe a possibilidade de contarmos eventualmente com um corpo docente com outros professores, além dos que compõem o DEPA, mas essa configuração não pode ser feita de qualquer forma. Tem que ser feita de maneira cuidadosa, porque quem vem se inserir num programa desse tem que ter uma produção

acadêmica que, no mínimo, dialogue com a Arquivologia. Por outro lado, nós ainda não temos, no Brasil, uma grande quantidade de doutores especificamente no campo da arquivologia ou nas “zonas de interseção e de diálogo” da Arquivologia com outras áreas. Ampliou-se muito a quantidade de doutores nos últimos anos, inclusive na Universidade, mas ainda temos muito a caminhar nesse sentido. Como eu falei ontem na jornada, toda a produção acadêmica que insere temática arquivística está sendo feita em programas de outras áreas, especialmente na Ciência da Informação. Isso não é em si um problema porque a Arquivologia é interdisciplinar. Mesmo que consigamos criar mestrados em Arquivologia - não só o da UNIRIO, mas também em outras universidades - ainda sim é legítimo que o arquivista vá fazer um mestrado em administração, desde que ele produza um trabalho que dialogue com a Arquivologia. Hoje, toda a produção acadêmica de mestrado e doutorado com impacto na Arquivologia é estatisticamente computada na Ciência da Informação, menos um pouco na Administração e na História. A Arquivologia fica completamente invisível como campo científico nas agências governamentais de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. O Mestrado é fundamental para começarmos a romper essa invisibilidade.

FB: Falta identidade, não é?

JM: Não existe ainda uma identidade mais sólida porque a cultura da pós-graduação em Arquivologia no Brasil ainda é muito pequena. Já ampliou bastante, graças ao fato de muitos profissionais – especialmente nos últimos quinze anos - encontrarem algumas possibilidades de diálogo em áreas afins que contam com Mestrado e Doutorado. Esse histórico recente sugere que há uma demanda reprimida de Mestrados em Arquivologia. É a hora de começarmos a construir essa nova fronteira da Arquivologia no Brasil que é a sua estruturação não só apenas em termos de graduação, mas também na pós-graduação.

FB: A Arquivologia para os arquivistas e para a arquivologia, porque os arquivistas mesmo estão fazendo a arquivologia para eles (...)

JM: Isso me remete a um projeto que tenho discutido com vários colegas. Veio à tona na I Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, realizada em Brasília, pela UNB, em junho deste ano. Trata-se da criação de uma Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Todo campo científico tem que contar com sua associação ou sociedade científica, o que é diferente da associação profissional, da AAERJ, da AAB, por exemplo, que exercem uma função importante de contribuição para área e de ampliação para o mercado de trabalho. A sociedade científica é distinta. Ela se ocupa basicamente de reunir os profissionais envolvidos na produção e difusão do conhecimento de uma área da Ciência, atuando na busca por crescentes possibilidades de desenvolvimento científico. Essas associações são fundamentais porque, no Brasil, tem interlocução com as agências governamentais de apoio à ciência e à tecnologia. A sociedade ou associação científica tem, portanto, um papel político nesse sentido de visibilidade da Arquivologia como campo científico junto à sociedade e ao Estado. A Arquivologia é exercida pelos arquivistas, mas envolve um conjunto de atores políticos e sociais, até porque a vitalidade da área encontra uma referência fundamental nos diversos diálogos, de diversos teores, que constrói. A organização da comunidade científica da Arquivologia, especialmente seus pesquisadores e docentes, é de fundamental importância para uma Arquivologia em constante interlocução com a realidade na qual se insere.

ES: Soubemos que o senhor já teve experiência anterior na formulação de mestrado, o senhor poderia relatar um pouco dessa experiência?

JM: A experiência que tive, junto com outros colegas, sobretudo com a Professora Sandra Rebel, do Departamento de Ciência da Informação da UFF, foi na construção do mestrado de em Ciência da Informação da UFF. De alguma maneira, a metodologia que então construímos está servindo neste momento. Ao mesmo tempo, fui avaliador da CAPES. Quando realiza a avaliação trienal dos cursos de pós-graduação do país, a CAPES convida os professores da área de Ciência da Informação para avaliarem os programas dessa área. Foi uma experiência muito boa trabalhar na avaliação dos outros programas de mestrado e doutorado em Ciência da Informação e entender a lógica da CAPES e sua influência nesses programas. Isso se dá em todas as áreas do conhecimento, ou seja, há diretrizes da CAPES para a pós-graduação em Mestrado e Doutorado no Brasil e essas diretrizes são especificadas pelas diversas áreas de conhecimento, guardadas as diretrizes gerais. Essa experiência também está me ajudando neste momento em que estamos compartilhando inquietações sobre o nosso mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos. Agora, minha experiência pessoal, por si só, não é garantia de nada, porque o mestrado é um projeto coletivo que resulta das convergências construídas por um grupo de docentes. Não existe uma fórmula e não existe um modelo de mestrado, mas sim diversas experiências, embora nenhuma em Arquivologia. A proposta de um mestrado tem que expressar as características de um dado universo docente numa universidade específica. Se os colegas da UNB resolverem propor um mestrado profissional de Gestão de Documentos e Arquivos pode até ter semelhanças como a nossa proposta, mas a discussão da linha de pesquisa, da área de concentração, vai refletir o percurso e o histórico daqueles professores de lá, entre outros fatores internos. Então, tudo nasce do trajeto dos professores, dos interesses de pesquisa que eles tenham. É preciso levar em conta, primeiramente, as características do corpo docente que pretende propor um Mestrado. A CAPES analisa esses aspectos estudam a relação entre a linha de pesquisa ao qual o professor se insere no mestrado, e as disciplinas que ele ministra as dissertações que ele orienta e as pesquisas que ele faz. Se eu estou trabalhando com políticas arquivísticas, gestão de arquivos e serviços de instituições arquivísticas, eu não teria o perfil mais adequado, dentro dos parâmetros da CAPES, para ministrar uma disciplina sobre classificação de documentos arquivísticos, ainda que esse tema evidentemente seja do meu interesse. Faz parte da minha área de interesse, mas não é o meu campo de pesquisa. A avaliação da CAPES considera essa correlação, o que o professor faz, qual o perfil dele, em que área ele tem doutorado ou seu pós-doutorado, o que ele pesquisa, etc. Por isso que as linhas de pesquisa são o primeiro aspecto que procuramos evidenciar ao se começar a construir uma proposta de mestrado. Quando você é aprovado como aluno de mestrado, você vai desenvolver um trabalho final naquela linha de pesquisa específica do programa. Claro que tudo isso é arbitrado, mas são recortes feitos com critérios, de forma a se ter uma proposta coerente e viável em termos de execução. Essa lógica é algo que aprendemos quando a vivenciamos mais de perto. Quando afirmo que ainda não temos uma cultura de pós-graduação em Arquivologia, especialmente no que toca Mestrado e Doutorado, refiro-me a esses aspectos. Para nós isso ainda é algo novo. Alguns de nós temos essa vivência como docentes de programas de outras áreas, mas isso ainda não é efetivamente parte da pauta dos cursos de Arquivologia. Agora estamos inserindo essa discussão em nossas reuniões. É importante lembrar que em 2011 acontecerá, na UNIRIO, em promoção conjunta com a UFF, a II Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia nos dias 16, 17 e 18 de novembro. É fundamental contarmos com a participação dos alunos não só para assistirem, mas para ajudarem-nos, desde já, a “tirar do chão” esse projeto.

Todos os cursos de Arquivologia virão para cá discutirem diversos temas de interesse para a formação profissional e a pesquisa, inclusive as possibilidades de mestrado na área. Por que estamos fazendo isso? Para que, além de nós, outros programas de Mestrado em Arquivologia comecem a nascer em outras áreas.



ga o Professor José Maria Jardim no <http://twitter.com/arquivistica>

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DE DOCUMENTOS

*Por Chica Blanco

Sentou na poltrona do fundo do auditório e se viu sozinha entre tantos rostos conhecidos e amigáveis. Estava decidido que assinaria a lista e sairia, afinal, ninguém notaria se esteve ali ou não e se notassem, não lembrariam na aula seguinte, então se sentiu tranqüila. Aguardando, pegou o diário na mochila e voltou ao trabalho que havia começado naquela tarde mesmo, enquanto falava com Ele, trocando frases surpreendentemente poéticas demais para um aparelhinho tão impessoal quanto aquele equilibrado em suas pernas para obter sinal.

Em meio às controvérsias do dia, olhou para frente e viu diante de si mais que um ser humano em um palco: Viu alguém que sabia o que estava dizendo, dizia bem e gostava do que fazia. Assim, do nada (como tudo o que lhe vem de bom), percebeu-se sortuda estando naquele lugar, privilegiada por ter a chance de adquirir conhecimento tão facilmente, então sorriu (para si própria). Logo começou a dividir as atenções com as lembranças/anotações/aparelhinho/homem do palco, como se isso fosse difícil, mas não sendo sentido assim por ela. Eram muitas felicidades juntas.

Tudo começou com o moço sábio e divertido comentando sobre a segurança duvidosa do e-mail e da mensagem de texto via SMS, depois falando de cartas e de arquivistas obsessivos por protegerem o “papel”. Ela corou... Abobalhada. Naquele exato momento, ela o estava respondendo que sim, que mandaria uma carta a Ele até a próxima semana e enquanto isso, passava a limpo as mensagens SMS que Ele havia lhe mandado nos últimos 15 dias (cerca de 390, sem contar as com mais de uma página). Lembrou-se que ultrapassa o exagero com suas manias arquivísticas-espontâneas, suas tradições pessoais desde que descobriu que poderia descobrir algo como a revelação da verdade supra-sumo e seus vícios menos banais. Descobriu-se exata no lugar aparentemente inapropriado onde estava naquele momento. Fizera a decisão certa, ainda que fosse num ato de desespero.

Isto está claro no seu facilmente confundível TOC profissional/pessoal: Ao arrancar as capas dos diários encadernados com espiral e tirar folha por folha, cortando as laterais, então colocando estas preciosidades em pastas-catálogo para uma maior proteção; na mania de escanear cada carta que envia a alguém; no modo como organiza suas fotografias no PC (por ano, depois por mês, depois por dia e às vezes, também por evento); na seleção das fotos mais importantes que deverão ser escolhidas para serem reveladas e imortalizadas em álbuns de fotografias que possui vastas descrições e que ficará no armário da sala para as visitas verem; nos dois baús repletos de pastas etiquetadas com cadernos, diários, folhas de conversas por papel e outras coisas mais importantes que tudo no mundo e em pequenos detalhes do cotidiano, minúsculos outros exercícios de pequenas coisas que a fizeram perceber que não era doença esse conjunto de sintomas esquisitos de quem faz 9 listas por dia aos 12 anos de idade. Pior, ousa cogitar a vã hipótese de que seja algo ainda mais grave o apressado por tantas peculiaridades: Talvez seja mesmo vocação.

*Chica Blanco

5º período de Arquivologia – UNIRIO

ZÉ PEDREIRO E A GAVETA DE AÇO

*Por Edgar C. Santana

Zé pedreiro todo dia
la
E não sabia

O mal que lhe fazia
o bobo arquivista
que Zé pedrero nunca via
e pro Zé num existia

Não sabia o arquivero
da sua importância pro Zé pedrero
Velho guerrero
E quem mais tivesse no pulero

Não sabe o arquivologo
que reclamar
é o mesmo que fica parado no formiguero?

Do arquivista
O mínimo que se espera,
e não é coisa de Ufólogo
é só que o sujeito...

Fala sujeito!
E para de procura numerólogo

Dos arquivistas,
a responsabilidade é o arquivo...
ou...

larguem ás botas
entreguem o ouro
façam como eu
vão para onde faz curva o vento
se escondam sem luz...
por que é mais fácil fazer isso

Que impata vida de Zé pedreiro
Ou de todo velho guerrero
por que é mais fácil fazer isso
Charge
Do que vivê com mordança
E uma vitrola repetindo

falta dinheiro
falta arquivero
falta gavetero

Em parte são os arquivistas
o fiel coveiro
do povo brasileiro.

Zé pedrero ia
sem saber o que acontecia
na polícia, politiccia
burocracia, cia
e nessas todas ias não sabia.
Zé pedrero ia
pra onde?

Robert Dahl em seu livro *Poliarquia* formula uma teoria que busca analisar o grau de democracia em uma sociedade, para tanto considera que esse sistema político é formado por duas dimensões: Contestação pública e direito de participação. A democracia é uma relação de equilíbrio entre essas duas dimensões em escala ascendente. Dahl ainda enumera alguns requisitos para que a democracia alcance um número maior de pessoas: liberdade de expressão; direito de voto; elegibilidade para cargos públicos; direito de líderes políticos disputarem apoio; direito de líderes políticos disputarem votos; fontes alternativas de informação; eleições livres e idôneas; instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência.

Alguém poderia questionar porque dessa introdução teórica para falar “apenas” de um debate ocorrido entre duas chapas para o diretório acadêmico do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16 de novembro de 2010. A resposta, diria este autor, está em uma observação pessoal: a democracia é sempre muito utilizada enquanto palavra e pouco pensada na prática. O debate ocorrido entre as chapas *Evoluir* e *Movimentação* conseguiu sua primeira contribuição para a democracia lotando o auditório Paulo Freire com um público interessado em participar desse processo eleitoral. Essa contribuição torna-se ainda mais relevante se compreendermos que a democracia enquanto um sistema político de escala nacional depende de sua realização em uma escala subnacional. O que isso significa? Significa que o Brasil só pode ampliar seu regime democrático se suas organizações sociais e governamentais estimularem a inclusão e a participação. O debate organizado e realizado por órgãos de representação estudantil podem ser vistos, portanto, como a base de sustentação para um regime democrático que se espera realizar em toda a estrutura institucional de nossa universidade. O que pudemos notar em todo o debate foi a realização dos oito requisitos – claro resguardado o impacto de uma eleições desse porte – citados como condição para a realização da democracia. A exposição de propostas para as demandas do curso não só arregimentou parte do corpo discente, como despertou sua atuação no debate com perguntas e questionamentos, às vezes até confrontos de idéias um pouco mais acalorados.

Se não bastasse a grande participação do corpo discente o debate ainda foi contemplado pela presença atuante dos professores João Marcus e Rosale, representando o corpo docente. Coube ao professor João Marcus o papel de mediador do debate e realizou a tarefa controlando o tempo dos debatedores e a fome de participação do público presente. Professora Rosale misturou-se entre os estudantes e, também, fez perguntas. Manifestando seu prazer em fazer parte do processo que ali se realizava cochichava “Estou gostando muito desse debate...”. A chapa *Evoluir* representada por Gabrielle e Bruno e a chapa *Movimentação* defendida por Camila e Felipe foram questionadas e cobradas como grupos de situação e oposição respectivamente. Diversas demandas foram apresentadas pela platéia e em contrapartida as chapas fizeram suas propostas. Às vezes as propostas possuíam em seu conteúdo um caráter maior de motivação e pouca estratégia, em outros momentos alguma estratégia e pouca motivação. Não é o interesse desse texto analisar questões abordadas pelos debatedores nem suas idéias, melhor deixar essa reflexão para os eleitores.

O propósito presente e que sustenta a argumentação trata-se de expor e refletir sobre o que significou esse debate e se podemos inseri-lo naquilo que esperamos de uma instituição superior de ensino; capacitar os indivíduos para a atividade que deseja executar na sociedade e formá-los para conquistar sua cidadania através da democracia. O curso de Arquivologia deu um passo através dos alunos, contudo, a democracia nunca é um estágio atingido plenamente, depende de sua continuidade e ampliação por todas as esferas institucionais e sociais. Isso quer dizer que os alunos estão fazendo seu papel, mas, é importante que as direções das escolas, as decanias e a reitoria se incluam nesse processo, não apenas resumindo seu papel em permitir a contestação, é necessário que também abram espaços para a participação. A LDB e o Plano para a revisão do estatuto e do regimento da Unirio, elaborado em 2009, apresentam na dimensão normativa os parâmetros para implantar a gestão participativa, entretanto, é importante que a democracia seja contemplada não só na letra da lei e da norma, é importante que ela se realize na prática.

Que não nos contentemos em pensar e falar em democracia, mas que a façamos acontecer. Quem sabe as eleições dos Das e DCE não sirvam de exemplos para que as eleições nas direções, decanias e reitorias se realizem com mais de uma chapa, com debates e confronto de idéias? Quem sabe a legitimidade que reveste os representantes dos alunos não seja reconhecida pelos gestores convocando-os para participar de suas decisões? A representatividade dos alunos atuais não esbarra no argumento de uma suposta fugacidade de sua presença na instituição, pois suas demandas e conquistas preparam a estrutura universitária para aqueles discentes que virão no

futuro. Em contrapartida seus funcionários não devem, a pretexto de sua estabilidade e regularidade funcional, se assentarem em um trono de poder sustentado na precariedade e revestido de autoritarismo.

**Por Daniel Klimroth Soares
Professor de História e aluno do
5º período de Arquivologia – UNIRIO*

CHARGE DO MÊS

**Por João Anderson*

**XXI JORNADA ARQUIVÍSTICA
PARABÉNS PROFESSORA ROSALLE
PELA HOMENAGEM!**



**João Anderson
6º período de Arquivologia – UNIRIO*

RAPIDINHAS

Voltaremos com nossas publicações a partir do início do ano letivo de 2011. Deixaremos um cartaz no mural do nosso curso.

Aproveite as férias para escrever para nós! Circule seus conhecimentos, suas idéias!



Espaço momentaneamente vazio a
espera de sua contribuição. Não
deixe de nos enviar sua mensagem.
Este espaço é seu!



Boas Férias!!

Contatos

Bruno Ferreira Leite
brunofl.arquivo@gmail.com
Flora Sineiro de Souza
florasineiro@bol.com.br